



Ministério da Educação
Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares
Centro de Formação Continuada de Professores
Secretaria de Educação do Distrito Federal
Escola de Aperfeiçoamento de Profissionais da Educação
Curso de Especialização em Gestão Escolar

A RELAÇÃO ENTRE A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E AVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL COMO PRÁTICAS EM PROL DA QUALIDADE E SUCESSO
ESCOLAR DOS ALUNOS

Elizângela Barbosa da Rocha

Professora-orientadora Otilia Maria A. N. A. Dantas

Professora Dra. Liliane Campos Machado.

Brasília (DF), Julho de 2014.

Elizângela Barbosa da Rocha

A RELAÇÃO ENTRE A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E AVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL COMO PRÁTICAS EM PROL DA QUALIDADE E SUCESSO
ESCOLAR DOS ALUNOS

Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Gestão Escolar como exigência parcial para a obtenção do grau de Especialista em Gestão Escolar sob orientação da Professora-orientadora Otilia Maria A. N. A. Dantas e Professora Dra. Liliane Campos Machado.

TERMO DE APROVAÇÃO

Elizângela Barbosa da Rocha

A RELAÇÃO ENTRE A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL COMO PRÁTICAS EM PROL DA QUALIDADE E SUCESSO ESCOLAR DOS ALUNOS

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de
Especialista em Gestão Escolar pela seguinte banca examinadora:

Dra. Otília Maria A. N. A. Dantas-
UnB/FE/MTC
(Professora-orientadora)

Dra. Liliane Campos Machado-
UnB/FE/MTC.
(Tutora-orientadora)

Professor Ms Marcos Alberto Dantas- UnB/ FACE/ADM
(Examinador externo)

Brasília, 26 de julho de 2014.

Dedico este trabalho de pesquisa a minha filha Mariana da Rocha Alves e a Fábio Miranda, meu amigo e companheiro, que abdicaram de minha companhia em tempos de estudo e pesquisa para a produção desta monografia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos e todas que contribuíram direta ou indiretamente para sua realização, principalmente aos meus colegas professores que tentam fazer uma educação pública com ensejo no sucesso de cada aluno e qualidade social.

A ação de avaliar leva o ser humano a enfrentar um paradoxo: a eterna busca pela evolução e, conseqüentemente, pela necessidade de mudar o que pode e deve ser mudado, em conflito com a dificuldade de aceitar críticas e navegar com tranquilidade nas mudanças, permanências e transformação.
(Maria Rita Gramigna)

RESUMO

O texto apresenta a reflexão sobre a importância da auto avaliação institucional interna e externamente como estratégia de gestão para a escola básica e sua relação com a avaliação da aprendizagem como práticas de promoção da qualidade e sucesso escolar dos alunos, resultante de um trabalho pesquisa. Refletir sobre essa relação entre as duas práticas requer a análise sobre a avaliação da aprendizagem na contemporaneidade, a avaliação institucional em âmbito interno e externo, o projeto político e pedagógico e a gestão escolar e a compreensão de que avaliação institucional (interna e externa) é um importante mecanismo utilizado por políticas públicas educacionais para aferir desempenho e determinar a qualidade desejada e deve servir como instância mediadora entre a avaliação da aprendizagem e a avaliação de sistemas. O trabalho de pesquisa tem como objetivo geral compreender relação entre a Avaliação da Aprendizagem e Avaliação Institucional como práticas em prol da qualidade e sucesso escolar dos alunos. A metodologia de pesquisa orienta-se pela abordagem qualitativa e o procedimento de coletas de dados caracterizados por pesquisa com questionário objetivo e análise de resultados do IDEB e Projeto Político Pedagógico. Assim, esse trabalho propõe-se a discutir como as ações desempenhadas na e pela escola podem a partir de uma auto avaliação institucional ou avaliação interna e análise dos resultados relacionados à aprendizagem, torna-se importantes mecanismos na condução do trabalho a ser desenvolvido e promoção da tão esperada qualidade do ensino oferecido.

Palavras-chave: Avaliação Institucional; auto avaliação institucional; Projeto Político Pedagógico.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NA CONTEMPORANEIDADE	14
1.1 Avaliação Contínua	17
1.2 Avaliação Global	19
1.3 Avaliação Formativa: Desenvolvimento das Capacidades do aluno.	20
2 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO E PROMOÇÃO DO SUCESSO ESCOLAR DO ALUNO.	23
2.1 A Avaliação Institucional Interna e sua operacionalização.	26
3 ANÁLISES DE DADOS	30
3.1 Os desafios para a Escola Pública: Relação Aprendizagem X Avaliação interna e externa da instituição.	33
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38
APÊNDICE: Questionário	39

INTRODUÇÃO

As perspectivas que a sociedade atual impõe as escolas e sua função social de promover a formação do cidadão crítico e com competências e capacidades de decidir os rumos para sua vida social e profissional tem gerado discussões e debates no seu interior e para além de seus muros que apontam para a necessidade de mudança de postura do aluno, professor e comunidade escolar no tocante das práticas educativas e em especial à avaliação.

O debate sobre essas transformações da avaliação no âmbito escolar traz à tona a necessidade de tornar o ensino mais útil e significativo e repensar como este tem contribuído para desenvolvimento da cidadania. As mudanças na legislação nacional a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDBEN 9394/96 apontam para a autonomia das escolas e conseqüente abertura para a necessidade da sua avaliação como garantia de manter padrão de qualidade na oferta do processo de ensino e de aprendizagem. Assim, a avaliação da instituição escolar como um todo passa a ser compreendida como processo que contribui para o avanço do conhecimento sobre a escola, informando sobre a realidade, revelando intencionalidades, evidenciando tendências da prática, produzindo subsídios para a construção de respostas e propostas para superação dos problemas e conflitos internos, em prol da melhoria do processo educativo. Contudo, o que dá sentido ao processo avaliativo é o compromisso dos que integram a escola com a transformação do trabalho escolar visando ao seu aprimoramento.

A avaliação se constitui em um processo de busca de compreensão da realidade escolar, com o fim de subsidiar as tomadas de decisões quanto ao direcionamento das intervenções, visando ao aprimoramento do trabalho escolar. Como tal, a avaliação compreende a descrição, a interpretação e o julgamento das ações desenvolvidas, resultando na definição de prioridades a serem implementadas e rumos a serem seguidos, tendo como referências os princípios e as finalidades estabelecidos no Projeto da Escola, ao mesmo tempo em que subsidia a sua própria redefinição. (SOUSA ,1999, p.63)

Nesse contexto, o objetivo da avaliação é a partir dos resultados gerados por toda a escola, pensar em meios para se tomar decisões em prol do melhoramento daquilo que não anda bem ou manter o que está dando certo. Assim, de acordo com

Belloni e Belloni (2001), a avaliação é uma atividade processual, contínua e sistemática, que envolve dois tipos de sujeitos: sujeitos internos, sendo: alunos, professores e servidores técnico-administrativos abertos à reflexão de suas práticas e sujeitos externos, sendo acadêmicos pesquisadores, profissionais, empregados, trabalhadores, entidades sociais, sujeitos “patrocinadores”, “recebedores” ou “usuários” das ações dos profissionais mencionados. E assim, a avaliação das ações desenvolvidas pela escola assume características de auto avaliação organizada e realizada por seus membros (gestores/as, docentes, funcionários/as e organismos colegiados) e usuários/as diretos/as (alunos/as, pais/mães) e pode variar em abrangência, profundidade e periodicidade e, de acordo com os objetivos propostos, envolver pessoas e utilizar os mais variados instrumentos.

Inúmeras pesquisas foram realizadas na área educacional em busca do aprimoramento e análise de técnicas de ensino e suas aplicações que contribuíram para a construção de diversas teorias que trouxeram novos desafios à educação de um modo geral. Algumas delas demonstraram a necessidade de superação do atual modelo avaliativo utilizado pelas instituições de ensino, em que somente a avaliação da aprendizagem se faz como prática corriqueira em qualquer etapa do processo educativo e a busca real de uma avaliação formativa como a descrita por Villas Boas (2001, p.6) como mediadora, emancipatória, dialógica, integradora, democrática, participativa que tem como foco não somente o aluno, bem como o professor e a escola.

A avaliação nesse contexto mostrou-se como instrumento relevante na aprendizagem. Concebida por muitos, como categoria do trabalho pedagógico que o inicia, oferece subsídios para que ele prossiga com sucesso e o conclui conforme Villas Boas & Soares & Araújo (2001). Afirma-se que ela é a categoria mais importante do trabalho pedagógico. E é por meio da avaliação institucional e da aprendizagem que obtemos os “resultados” necessários quanto à eficácia do trabalho docente. Um tema repleto de conceitos e preconceitos, onde o educando se vê perdido frente aos novos desafios da vida moderna com suas velhas concepções de análise. E o aluno, sendo um produto das infinitas e

desorganizadas informações sociais e culturais, torna-se um elo perdido em todo o sistema educativo.

Diante do exposto, a avaliação está presente no cotidiano de nossas escolas e por meio dele, os educadores analisam e criam subsídios para que o trabalho pedagógico se desenvolva em prol do sucesso de seus alunos. E, portanto, há a necessidade de alterar o paradigma da avaliação frente às exigências burocráticas do sistema de ensino e analisar o método avaliativo exercido na maioria de nossas escolas em diferentes níveis de ensino se apoderando do resultado das avaliações externas e tornando uma prática presente no cotidiano escolar, a avaliação institucional bem como a avaliação da aprendizagem. É na escola, por meio do processo avaliativo que professores, podem obter um resultado sobre os reais objetivos como educadores e formadores de opinião.

É necessário que as instituições escolares passem a repensar as práticas avaliativas, com vistas a se integrarem ao trabalho pedagógico que assegure a aprendizagem de todos os alunos e para isso, a avaliação e aprendizagem precisam andar de mãos dadas e seu planejamento de integrar o planejamento do trabalho pedagógico como um todo. Nesse sentido, essa pesquisa pretende analisar possibilidades de superação da avaliação classificatória, autoritária, punitiva e excludente da avaliação da aprendizagem no ensino com as práticas avaliativas diversificadas, o uso do resultado das avaliações externas e a avaliação institucional como meio de identificar fragilidades e potencialidades do trabalho pedagógico e tem por objetivo compreender a avaliação como processo permanente de aprendizagem, dinâmico e transformador do contexto social, político, econômico e cultural tendo em vista construir uma educação mais democrática e igualitária e suas contribuições para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos.

A avaliação é um tema presente no cotidiano de nossas escolas e por meio dela os educadores analisam e criam subsídios para que o trabalho pedagógico se desenvolva em prol do sucesso de seus alunos.

Pesquisas demonstram a necessidade de se repensar as práticas avaliativas, com vistas a se integrarem ao trabalho pedagógico que assegure a aprendizagem de todos os alunos. Essa pesquisa pretende analisar possibilidades de superação da avaliação classificatória, autoritária, punitiva e excludente no ensino e para isso, a avaliação e aprendizagem precisam andar de mãos dadas e seu planejamento de integrar o planejamento do trabalho pedagógico como um todo.

A avaliação institucional da escola deve se constituir uma prática consolidada numa análise sistemática da instituição com vistas a identificar suas fragilidades e potencialidades e possibilitar a elaboração de planos de intervenção e melhorias. Desse modo, tornar a avaliação um processo interno numa cultura democrática, não é apenas definir o que e como avaliar, mas implica decidir por que avaliar determinados aspectos em detrimento de outros e implica decidir que medidas, que ações desenvolver a partir do conhecimento dos resultados na busca da superação de tradições autoritárias e na participação que requer transparência de ações, divisão de poder e corresponsabilidade de todos/as pelos erros e acertos do processo.

Este projeto pretende analisar trabalhos prestados à comunidade escolar, no intuito de criar a prática de auto avaliação em todos os segmentos escolar e garantir uma educação com qualidade para todos, proporcionando a participação de pais/mães e demais responsáveis nos processos de avaliação do trabalho realizado na/pela escola. E desse modo, identificar as possíveis repercussões desta prática no cotidiano da instituição escolar, compreendendo que a avaliação deve ser entendida como análise crítica da realidade e fonte valiosa de informação, problematização e ressignificação dos processos educativos, conseqüentemente, tem função estratégica no desenvolvimento institucional da escola e na gestão educacional para isso requer a participação de todos/as da fase do planejamento até a fase de comunicação dos resultados obtidos.

O objetivo geral dessa pesquisa é compreender relação entre a Avaliação da Aprendizagem e Avaliação Institucional como práticas em prol da qualidade e sucesso escolar dos alunos.

Como objetivos específicos apontamos:

- Caracterizar os diferentes tipos de avaliação presente no contexto escolar e seus usos em prol da qualidade de ensino.
- Analisar procedimentos de avaliação promovidos nas escolas e suas contribuições para a aprendizagem.
- Conhecer e analisar como os Projetos Políticos e Pedagógicos dessas escolas determinam o que, quem, como e quando a avaliação escolar se efetivará.

Desse modo, esse trabalho de pesquisa está organizado em quatro capítulos, primeiramente com a fundamentação teórica, descrevendo os diferentes tipos de avaliação utilizados na contemporaneidade e sua relação com a aprendizagem e promoção do sucesso de cada aluno e aluna. Logo após aponta as características da avaliação institucionalizada e sua operacionalização bem como sua importância no processo educativo em que a escola tem uma noção ampliada de suas potencialidades e fragilidades e sua abertura a participação de todos os segmentos em prol da qualidade social da escola. Finalizando traz os resultados obtidos por meio de análise de questionário com 15 questões objetivas aplicadas com pais, professores, gestão escolar e funcionários, resultados do IDEB 2012 e Projeto Político Pedagógico de 2013 das duas escolas pesquisadas e as considerações finais.

CAPÍTULO 1

A AVALIAÇÃO EDUCACIONAL NA CONTEMPORANEIDADE.

Ao observar o cenário escolar é notório que o termo “avaliar” encontra-se presente na maioria das discussões ocorridas no interior da escola e em espaços fora dela. E tem sido utilizado sempre no sentido de medir resultados alcançados no que se referem às aprendizagens dos alunos frente aos conteúdos ministrados pelos professores em sala de aula e bem como aos usos e rumos dados aos resultados obtidos como o findar muitas vezes em atitudes discriminatórias e punitivas.

A avaliação escolar sempre foi objeto de preocupações por parte dos professores, porém centra-se quase sempre na avaliação do aluno e suas aprendizagens. No Ensino Fundamental como em outros níveis de formação, a avaliação contribui para a exclusão de alunos tanto no acesso a escola como das atividades e dos processos educacionais.

A avaliação externa implantada pelo governo em todos os níveis de ensino, no caso do Ensino Fundamental, Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), que compõem o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e que avaliam os conhecimentos dos alunos em matemática e língua portuguesa, são aplicados a cada dois anos e oferecem os dados usados pelo Saeb para definir indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), tem contribuído muito para mudanças na organização do trabalho pedagógico. Isto porque, muitas vezes, assumir o fracasso do aluno significa reconhecer certa incompetência na organização do trabalho pedagógico.

Nesse contexto, o professor não se sente satisfeito com as soluções que encontra para avaliar os alunos, principalmente porque sente as pressões do currículo e as exigências do sistema que com as avaliações externas delimita os parâmetros concretos do que se espera para esse nível de ensino e influencia decisivamente nas decisões relativas ao planejamento da avaliação das aprendizagens pelos educadores.

Desse modo, os procedimentos de avaliação que utilizamos têm sido precários e continuam privilegiando a memorização e os níveis de competência mais básicos em detrimento de níveis superiores de raciocínio. E ao examinar as práticas de avaliação no interior das escolas do Ensino Fundamental, observam-se mudanças, porém a sua natureza continua a ser classificatória, seletiva e autoritária com privilégio do resultado antes da análise do processo de aprendizagem e das potencialidades e fragilidades da escola em momentos de auto avaliação.

A todo o momento, em toda ação realizada no fazer pedagógico e mesmo no seu planejamento a avaliação está implícita. Desde as primeiras ações desenvolvidas no trabalho pedagógico, os mecanismos de avaliação estão presentes, seja sob forma de instrumentos já concebidos ou sob a percepção dos que participam do processo educativo. Então, por que resumi-la tão somente a aprendizagem dos alunos se pode nos dar subsídios de como tem se efetivado o trabalho pedagógico de toda a escola e em especial da ação pedagógica frente aos alunos e que contribuição se pode dar para o sucesso escolar de cada um deles e a qualidade social da educação.

Assim a avaliação não deve servir para categorizar o estudante, mas deve oferecer indícios de como anda sua evolução perante as ações desenvolvidas no trabalho pedagógico pela escola onde estuda e a escola deve avaliar precisa estar bem explicito em seu Projeto Político Pedagógico e espaços onde o coletivo da escola possa avaliar e ser avaliada por todos com avaliação institucional interna.

A avaliação passa a ser reconhecida como categoria do trabalho pedagógico que o inicia e oferece subsídios para que se prossiga em busca do sucesso escolar dos estudantes. Ela se consagra como a categoria mais importante do trabalho pedagógico da escola e da “sala de aula” e quando é planejada também há o planejamento do trabalho como um todo. Como afirma Araújo (2003) o ato de planejar a avaliação é um processo que se inicia antes mesmo de professor e aluno se encontrarem. A avaliação e aprendizagem andam de mãos dadas. Desse modo, a avaliação no processo ensino e aprendizagem é uma questão que incomoda muito

os professores e aceitá-la como parte integrante da aprendizagem exige de nós outra forma de pensá-la e planejá-la.

Sendo a avaliação considerada um dos mecanismos relevantes na aprendizagem e no sucesso escolar dos alunos, torna-se preciso compreendê-la como ferramenta eficaz para obter informações e resultados que ajudarão no planejamento de novas atitudes e ações que contribuirão para a eficácia do trabalho doente e melhor desenvolvimento do aluno no processo de aprendizagem. Para que contribua para o desenvolvimento global das potencialidades do aluno, cada instituição escolar e seus atores, devem se conscientizar e refletir sobre que rumos darão aos resultados obtidos por meio das práticas avaliativas que utiliza e que é avaliada.

Muitos professores ainda vivem sob a rigidez do sistema e com dificuldades de aceitação de novas possibilidades que podem contribuir decisivamente para o crescimento profissional bem como dos alunos. É notório como é difícil desvencilhar de práticas avaliativas autoritárias, punitivas e excludentes do antigo sistema e da formação inicial e optar por não somente a mudança no que se refere à avaliação como também a metodologia.

A prática avaliativa do professor reproduz e (assim) revela fortemente sua vivência como estudante e educador. Suas perguntas e respostas, seus exemplos de situações, seus “casos” expressam princípios e metodologias de uma avaliação estática e frenadora, de caráter classificatório e fundamentalmente setencivo. (HOFFMAN, 2000, p.13)

Nessa perspectiva, embora a avaliação seja feita com diferentes propósitos, o seu principal foco é a promoção da aprendizagem dos alunos. Desse modo, é mais do que necessário que se criem condições para que todos atinjam elevados níveis de desempenho escolar de acordo com o que se espera que os alunos sejam capazes de fazer. Quando está a serviço da aprendizagem, a avaliação contribui para a tomada de decisões sobre o ensino, para identificar suas potencialidades e fragilidades e concorre para o sucesso de cada aluno e a qualidade social da educação.

Como sugere Hoffman (2000) nos dias atuais à avaliação escolar só tem sentido se buscar caminhos para melhorar a aprendizagem. Assim, a avaliação não deve mais ser tratada unicamente como ferramenta numérica de medição de conhecimento e sim como recurso facilitador da aprendizagem tanto do aluno, como até mesmo do professor. Ao assumir o compromisso com o sucesso do aluno, não se pode reduzir a função da avaliação a um simples termômetro numérico.

2.1 Avaliação contínua

Ao conceber a avaliação como parte integrante do processo de ensino e aprendizagem, o processo avaliativo passa a apresentar-se como um processo de investigação, de pesquisa, que têm como objetivo transformar a forma como se avalia, perdendo características de mensuração, de julgamento que leva às classificações, porque acontece de forma contínua e associada ao planejamento de todo o trabalho pedagógico a ser desenvolvido no dia -a- dia em sala de aula.

A avaliação contínua considera como ponto de partida e de chegada o processo pedagógico e por meio dele identifica as causas do sucesso ou fracasso e cria estratégias de enfrentamento da situação. E assim, a LDB sugere ao mesmo tempo em que determina que a avaliação seja contínua e cumulativa com os aspectos qualitativos prevalecendo sobre os aspectos quantitativos. Essa nova forma de avaliar põe em questão não apenas o projeto educacional, mas a mudança social. Mudança que não se restringe apenas à questão técnica, mas também política.

Como Villas Boas (2001) destaca a avaliação inadequada de um aluno pode eliminá-lo da escola, principalmente se ele experimenta sucessivos fracassos e não enxerga os meios para superá-los. Assim acaba se desinteressando pela escola e prefere abandoná-la. Em detrimento a esse contexto, a avaliação quando ocorre no decorrer do processo de ensino e aprendizagem oferece o conhecimento das

condições de aprendizagem do aluno com vistas ao seu sucesso contínuo.

Ainda, segundo ela, para que a escola cumpra sua função de transmitir o saber sistematizado, é preciso que se avalie o aluno, mas, também, o desenvolvimento do trabalho e todos que dele participam, continuamente.

A avaliação deve ser constante, para poder acompanhar o processo de ensino e da aprendizagem desenvolvido na rotina escolar e, dessa forma, sempre informar o professor e o aluno acerca do que vem acontecendo nas suas interações pedagógicas possibilitando informações para as regulações do trabalho docente e das aprendizagens.

Quando a avaliação é contínua e se realiza ao longo do processo formativo e não somente ao final permite a correção de rumos e possibilita a percepção de aprendizagens e a tomada de providências necessárias à recuperação por parte dos alunos e professores. Porém o que ocorre geralmente é aplicação quase que exclusiva de provas escritas como instrumento avaliativo ao final de uma unidade de conteúdo de matemática e as vésperas do início da próxima, assim torna-se tardio o uso dos resultados para melhor identificação e recuperação dos problemas detectados com esse tipo de avaliação.

Desse modo, enquanto a avaliação do rendimento evidencia um resultado sem muita chance de ser modificada, a avaliação da aprendizagem contínua reúne meios que subsidia a retomada da própria aprendizagem.

A atual prática da avaliação escolar estipulou como função do ato de avaliar a classificação e não o diagnóstico, como deveria ser constitutivamente. Ou seja, o julgamento de valor, que teria a função de possibilitar uma nova tomada de decisão sobre o objeto avaliado, passa a ter a função estática de classificar um objeto ou um ser humano histórico num padrão definitivamente determinado. Do ponto de vista da aprendizagem escolar, poderá ser definitivamente classificado como inferior médio ou superior. Classificações essas que são registradas e podem ser transformadas em números e, por isso, adquirem a possibilidade de serem somadas e divididas em médias. (LUCKESI, 2001, p. 34)

Assim, a avaliação é um dos caminhos para o “crescimento” do aluno e para a melhoria da qualidade do ensino de tratada de forma responsável e coerente acontecendo de forma contínua e para avaliar aprendizagem e

redimensionar práticas. Assim, a avaliação deve contribuir para que os educadores reflitam sobre suas práticas avaliativas em sala de aula, sobretudo no ensino de Matemática.

3.2 Avaliação Global

O principal propósito da avaliação é ajudar os professores a conhecerem melhor o que sabem os alunos e a tomarem decisões significativas no seu ensino. Porém, o que se observa é a avaliação limitando-se quase exclusivamente a fins somativos e deixa-se de enxergar outras perspectivas e de respeitar as diferenças individuais que existem no processo de assimilação para a aprendizagem.

A avaliação escolar é poderoso instrumento nas mãos do professor para selecionar, classificar, rotular e controlar. Por meio dela, o professor decide, muitas vezes, prematuramente, a trajetória escolar do aluno. Embora tenha como objetivo proclamado possibilitar o diagnóstico da ocorrência e não ocorrência da aprendizagem, para fins de replanejamento do trabalho pedagógico, a avaliação encerra aspectos contraditórios, ao exercer funções que, ao invés de manterem o aluno na escola e facilitarem seu percurso, fazem-no afastar-se dela. (VILLAS BOAS, 2003, p.138).

É notório que uma avaliação reflexiva, crítica e emancipatória não se efetiva plenamente quando o ensino é passivo, repetitivo e alienante. Contudo, não basta à mudança de paradigma somente no que diz respeito à avaliação como também a mudança das metodologias de ensino onde o que tem mais valia é o alcance do sucesso de cada aluno individualmente. Com o compromisso também de avaliá-lo em sua totalidade de saberes e capacidades e também oferecer aos alunos a oportunidade de desenvolver potencialidades em diferentes aspectos como afetivo, cognitivo, motor e também social.

É preciso analisar e compreender as diversidades que existem dentro de sala de aula e na comunidade escolar. Cada pessoa é repleta de experiências que auxiliam a nossa compreensão do mundo que nos cerca.

Não se propõe aprendizagem diferenciada a alunos de diferentes experiências culturais. O fim a se atingir, a aprendizagem é o mesmo; variam os meios para que todos aprendam. (VILLAS BOAS, 2003, p.142)

No que diz respeito aos instrumentos de avaliação é rejeitada uma prática que assente primordialmente no recurso a testes escritos, devendo usar-se formas escritas, orais, de demonstrações e utilização de materiais onde serão analisados não somente aspectos cognitivos como também afetivos e sociais. Com isso, a avaliação incidirá não só nos diferentes campos do conhecimento matemático, como nas suas conexões.

A avaliação é muito mais do que simplesmente uma prova escrita ou oral, é a possibilidade de “ver” o aluno como ele realmente é com suas qualidades e deficiências desse modo poder atuar com eficiência encontrando soluções para o desenvolvimento de aprendizagens significativas. Ela deve ser desenvolvida a partir da proposta da escola, função essa que a sociedade assume, e, portanto determina um perfil de aluno que pretendemos formar. A avaliação escolar deve analisar o aluno num todo, não apenas a parte cognitiva, como um ser complexo e passível de transformações.

3.3 Avaliação formativa - Desenvolvimento das capacidades do aluno

A avaliação formativa surgiu no cenário escolar como um contraponto a uma realidade com visão determinista e opressiva. Se, a necessidade de precisão entre o testar e o medir. Esse contraponto surge com a avaliação formativa, que passa a ser um recurso importante durante todo o processo educativo e não somente ao final de cada bimestre letivo.

Muitos estudiosos brasileiros têm defendido a substituição do paradigma tradicional da avaliação pelo paradigma que busca a avaliação mediadora, emancipatória, dialógica, integradora, democrática, participativa etc. Todas essas designações fazem parte do que se entende por avaliação formativa que tem por foco não apenas o aluno, mas também o professor e a escola e se compromete com a aprendizagem e sucesso de todos.

Para Hoffmann (1996) a avaliação classificatória está muito mais comprometida com resultados numéricos, precisos e terminais do que com a

formação de um profissional competente capaz de resolver suas dificuldades ou avançar no seu conhecimento, pela interação com outros sociais mais competentes.

Como já se sabe a utilização exclusiva de provas escritas para decidir a trajetória de estudos dos alunos deixa de considerar os diferentes estilos e manifestações de aprendizagem e é por esse motivo que a avaliação formativa utiliza todas as informações disponíveis sobre o aluno para assim poder planejar novos rumos ao ensino e assim deixar claro o seu compromisso com aprendizagem de cada aluno e a avaliação deixa de ser unilateral e classificatória.

Nesse contexto, ao fazer a opção pela avaliação formativa, a escola passa a promover não somente o desenvolvimento do aluno, mas também do professor e da escola. A avaliação estende-se a todos os sujeitos envolvidos e a todas as dimensões do trabalho pedagógico como descreve Villas Boas (2001) para que se identifiquem os aspectos que necessitem de melhoria”.

Ainda segundo a autora, todos os profissionais de educação devem ter a oportunidade de se desenvolverem e de se atualizarem e que é por meio do sucesso do trabalho pedagógico que se obtém o sucesso também do aluno.

Durante todo o planejamento do trabalho pedagógico que não se dissocia da avaliação, o aluno participa da tomada de decisões, pois conhece previamente seu desenvolvimento frente aos conhecimentos e onde precisa melhorar a sua aprendizagem. Ele desse modo, formula suas próprias ideias e faz as suas escolhas e participa de uma prática avaliativa comprometida com a formação do cidadão capaz de pensar e de tomar decisões.

Com características formativas, a avaliação se integra às atividades de sala de aula e se contrapõe à avaliação que as interrompem, e assim recolhe informações com instrumentos formais como informais que irão permitir ao professor o acompanhamento do progresso individual e coletivo dos alunos e por meio delas pode tomar decisões para o ensino, fundamentando-se em evidências.

Por meio de uma prática constante de avaliação como a oportunizada pela avaliação formativa, o aluno participa efetivamente de todo o processo e lhe é permitido refletir sobre a sua própria aprendizagem como também o professor tem a

chance de observá-la as suas aprendizagens e sua prática pedagógica. Cabe ao professor ouvir os alunos e informa-los de forma clara e continuada, sobre os critérios de avaliação e os progressos verificados.

A avaliação é entendida como ferramenta de caráter diagnóstico e não classificatório, embora por questões burocráticas, ainda se tenha que converter os sucessos e insucessos em notas. Valorizar o aluno a partir dos resultados que obtém passa pela atitude do professor na análise desses mesmos resultados e pela escolha de novas estratégias para levá-lo.

O professor ao realizar uma avaliação formativa refletir sobre o desenvolvimento do aluno do conteúdo em estudo, perante objetivos traçados e o planejamento realizado, aperfeiçoa a sua prática docente em função de atingir os objetivos pretendidos ao criar desafios pedagógicos que possibilitem a aprendizagem dos alunos. Assim, é perceptível que o processo avaliativo está presente em toda prática pedagógica do professor e é um procedimento para definir prioridades e garantir a qualidade do ensino.

Como defende Villas Boas (2001) não se pode esquecer que qualquer mudança no processo avaliativo não foge de um debate sobre condições da formação inicial continuada do docente e suas condições de trabalho e valorização social e econômica. Esse pressuposto usado desmistifica uma perspectiva ingênua de que é apenas mudança a avaliação em si mesma que os problemas educacionais estarão resolvidos.

CAPÍTULO 2

A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO E PROMOÇÃO DO SUCESSO

A Avaliação Institucional constitui-se de um amplo processo de avaliação e análise das instituições educacionais. Esse processo ocorre tanto externamente (quando realizadas em larga escala e por setores externos às instituições) quanto internamente (quando realizadas dentro das instituições, tendo por autores sujeitos externos à escola como também seus próprios atores e sujeitos). Teixeira Brandalise (2011) define a avaliação como sendo uma análise sistemática da escola com vistas a identificar os seus pontos fortes e fracos e a possibilitar a elaboração de planos de intervenção e melhorias.

A avaliação externa, segundo Belloni e Belloni (2001), é aquela conduzida por sujeitos externos e independentes da ação, seja da sua formulação, da implementação ou de seus resultados e adota metodologias que buscam mostrar muito mais os resultados quantitativos do que qualitativos. Nesse cenário, avaliação institucional (interna e externa) é um importante mecanismo, utilizado por essas políticas para aferir desempenhos e determinar a qualidade desejada e as escolas podem, ao utilizar-se da avaliação institucional (interna), buscar soluções aos desafios encontrados, a partir das experiências vividas em seu cotidiano e da ampliação de recorrência dessas experiências. Porém, é preciso atenção para os usos que se faz com tais resultados.

A responsabilidade sobre os resultados dos alunos deve ser amplamente discutida, bem como o controle do Estado e aquilo que se ensina e de como se ensina nas escolas públicas. Dessa forma, a avaliação deve ser voltada para o progresso do conhecimento, revisão ou substituição das ações que não mostraram resultados satisfatórios. Nesse processo, todos os sujeitos envolvidos precisam participar desde a formulação até a implementação das ações ou políticas prevista. (BELLONI e BELLONI, 2001, p.11).

Contudo, a avaliação institucional da escola básica não se constitui uma prática consolidada no contexto da educação brasileira. A avaliação externa promovida pelos organismos oficiais como o SAEB, e com as recentes propostas da Prova Brasil e do IDEB, é uma avaliação do sistema educacional, em larga escala,

que analisa a proficiência dos estudantes ao final do ciclo de escolaridade. No entanto, a avaliação interna é pouco realizada no interior das escolas, não está inserida nas várias ações nelas desenvolvidas, como vistas a identificar suas fragilidades e potencialidades e a possibilitar a elaboração de planos de intervenção e melhorias.

Avaliar a Educação Básica significa atribuir aos gestores de todos os níveis responsabilidades e critérios para a realização de uma avaliação criteriosa e séria que leve em conta as discussões de todo o grupo e aponte, através do anúncio de uma Concepção de educação, o lugar que se deseja ocupar na educação de seus integrantes (MALAVASI, 2010, apud, TEIXEIRA BRANDALISE, 2011, p. 322).

Assim como se concebe a avaliação como inerente ao planejamento educacional no âmbito de cada unidade escolar essa concepção de mantém. Isso significa tornar o projeto político-pedagógica da escola como ponto de partida e de chegada da avaliação. Portanto, a avaliação institucional se desencadeia a partir das respostas que a escola produzir às seguintes questões.

- Qual é o nosso projeto educacional?
- Quais são os princípios que devem orientar a organização do trabalho escolar?
- Qual é o compromisso com os alunos desta escola e , para além destes, com a construção de uma escola pública de qualidade?
- O que se entende por qualidade?

Responder a essas questões resulta na explicitação de valores, intencionalidades, expectativas e compromissos dos participantes da ação educativa. E a avaliação, como dimensão intrínseca ao processo educacional, tem seu sentido na medida em que contribui para a construção dos resultados esperados.

Avalia-se para afirmar valores, ou seja, avalia-se para subsidiar, induzir, provocar mudanças em uma dada direção, evidenciando que não há neutralidade nos caminhos, nos procedimentos e instrumentos que são utilizados em uma atividade ou em um processo avaliativo.

A avaliação não é uma atividade meramente técnica, é essencialmente política e ideológica. Os princípios que norteiam e a forma como ela se concretiza são reveladores de qual projeto pedagógico a escola está assumindo, e mais, qual é o projeto social com o qual a escola está comprometida.

Portanto, não é possível se pensar em um modelo único de avaliação que atenda a todas as escolas, e para que este ganhe significado institucional precisa responder ao projeto educacional e social em curso. Assim, é importante ter e conta a multiplicidade de valores presentes entre as diversas unidades escolares e em cada uma delas, bem como a clareza de que é preciso trabalhar a partir dessa diversidade, na construção ou explicitação do projeto de escola, o qual é a referência para a proposição da sistemática da avaliação.

Embora, em alguns contextos escolares, explicita-se até o reconhecimento da necessidade de avaliação institucional, há que se observar as diferentes e conflitantes concepções que estão em jogo.

Vale lembrar que muitas vezes não se tem clareza quanto ao projeto realmente vivido pela instituição e, neste caso, a avaliação pode se constituir em um caminho, até mesmo, para explicitação do projeto em curso.

É preciso avaliar para transformar. Nesse sentido, a avaliação é aqui compreendida enquanto processo que contribui para o avanço do conhecimento sobre a escola, informando sobre a realidade, revelando intencionalidades, evidenciando tendências da prática, produzindo subsídios para a construção de respostas e propostas de intervenção. Respostas e propostas que tenham o potencial de alterar, modificar, transformar a realidade em uma dada direção, a qual se explicita no âmbito do projeto pedagógico vigente na escola.

O que dá sentido ao processo avaliativo é o compromisso dos que integram a escola com transformação do trabalho escolar visando ao seu aprimoramento. Avaliação não se separa da qualidade. Entretanto, qualidade é um conceito relacional que emerge dos valores de quem produz a análise da qualidade.

Nessa perspectiva, contribui para que se esboce a proposta de avaliação da escola o “paradigma da avaliação emancipatória”, que se caracteriza como um

processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade, visando transformá-la, sendo o compromisso principal de esta avaliação fazer com que as pessoas direta ou indiretamente envolvidas em uma ação educacional escrevam a sua própria história e gerem suas próprias alternativas de ação. Uma proposta de avaliação ganha significado quando tem os integrantes da escola como proponentes e responsáveis por sua condução.

3.1- A Avaliação Institucional interna e sua operacionalização.

A avaliação institucional interna ou auto avaliação institucional torna-se um importante mecanismo de avaliação contrarreguladora como prática avaliativa para além da aferição da aprendizagem dos estudantes com intuito de uma prática reflexiva no cotidiano escolar. Nela encontra-se a possibilidade da escola, através de seus atores (professores, funcionários, gestores, estudantes e comunidade), se apropriarem de um espaço que lhe é próprio e nele construir caminhos para a melhoria da qualidade da educação. É um contraponto da escola frente às políticas de responsabilização a partir de sua realidade. Nesse sentido, os vários processos avaliativos, presentes na escola serão o instrumental adequado para analisar o trabalho desenvolvido e criar novas possibilidades de ação, buscar melhorias internamente e externamente, junto ao Estado, para um melhor funcionamento e melhoria na qualidade da educação oferecida.

A avaliação institucional interna ou auto avaliação constitui-se num processo de busca da realidade escolar, com suas tendências, seus saberes, seus conflitos e dilemas. (BELLONI e BELLONI, 2001, p.322).

Contudo, é preciso que as escolas estejam atentas em detectar as fragilidades desse processo e as potencialidades apresentadas pelo trabalho que desenvolve. Também, fazer uma leitura crítica sobre o que faz e o que espera que seja feito em relação à qualidade da educação que se deseja. O trabalho coletivo, as reuniões e coordenações do coletivo escolar constituem um rico espaço para o debate, a discussão e o redimensionamento de ações. As políticas públicas

educacionais, com suas avaliações em larga escala, tendem a restringir o trabalho pedagógico das escolas determinando currículos e uma formação docente mais voltada para resultados. Limitam assim, ações diferenciadas e inovadoras que promovem uma formação mais humana, solidária e cidadã e menos competitiva. A avaliação institucional centrada na escola tem as seguintes características:

- é o processo pelo qual a escola é capaz de olhar criticamente para si mesma com a finalidade de melhorar o seu desempenho, através da identificação de áreas mais problemáticas e da procura de soluções mais adequadas, para o desenvolvimento do trabalho escolar;
- é uma investigação permanente do sentido da organização e das ações da escola conduzida pelos próprios profissionais do estabelecimento de ensino;
- é o processo de melhoria da escola, conduzido através quer da construção de referenciais, quer da procura de fatos comprobatórios, evidências, para formulação de juízo de valor;
- é um exercício coletivo, assentado no diálogo e no confronto de perspectivas sobre o sentido da escola e da organização;
- é um processo de desenvolvimento profissional;
- é um ato de responsabilidade social;
- é uma avaliação orientada para a utilização;
- é um processo conduzido internamente, mas que pode e deve contar com a assessoria de agentes externos. (TEIXEIRA BRANDALISE, 2011, p.322)

Sendo a avaliação institucional participativa um exercício de releitura da realidade escolar a partir de seus atores locais, apoiado em distintas evidências, parece-nos que a parada obrigatória e sistemática inerente ao processo de avaliação possibilita que estes atores voltem a se reconhecer como coletivo e como coletivo se interroguem sobre o projeto que pretendem construir e como coletivo se desafiem e se amparem para o trabalho árduo que os aguarda se de fato se colocarem a serviço da aprendizagem das crianças. Avaliar a escola e construir juízo de valor sobre a função social que possui implica um zelo bastante acentuado, dadas às mudanças que assolam nossa sociedade. Cabe atualizar esta função de modo que acompanhe os novos desafios impostos pela realidade, porém sem perder o compromisso com as crianças e jovens, em especial aqueles menos favorecidos, para quem a permanência na escola pode e precisa fazer diferença.

Cada escola pode estabelecer as etapas para a construção do processo interno de avaliação. Para defini-lo algumas escolhas de fundo são necessárias, tais como: - O que avaliar; quais dimensões? (objetos de análise ou de avaliação da escola); - Quem pode/ deve avaliar a escola? (sujeitos, grupo de trabalho); - Com que finalidades? (objetivos); - Com quais enfoques? (concepções e tipos de avaliação: interna /externa); -

Como, quando, onde, com quem, com quais recursos? (metodologia, fontes; instrumentos; coleta, organização e análise dos dados; cronograma); - Como divulgar os resultados e propor melhorias? (planos de intervenção) (TEXEIRA BRANDALISE, 2011, 323).

Fernandes (2002) propõe três etapas, que aqui apresentamos a título de sugestão: preparação, implementação e síntese.

1ª) Etapa de Preparação - compreende as ações que antecedem a implementação do processo avaliativo. - constituição da equipe de trabalho da escola; - elaboração de uma proposta de avaliação preliminar para a escola; - discussão da proposta com a comunidade escolar. - definição do projeto de auto avaliação contendo os seguintes elementos: justificativa, referencial teórico, objetivos, dimensões a serem avaliadas (objetos de avaliação), procedimentos metodológicos, cronograma, recursos, referências.

(2ª) Etapa de Implementação – compreende as ações de elaboração e aplicação de instrumentos de coleta de dados, organização e análise dessas informações. - elaboração, discussão, testagem e aplicação dos instrumentos de coleta de informações; - apuração e organização dos dados coletados; - discussão coletiva dos dados coletados com a comunidade escolar.

(3ª) Etapa de Síntese – compreende as informações já organizadas, que deverão servir de orientação para ações que a escola desenvolverá a partir da análise dos resultados pela comunidade escolar. - revisão e ajustes no processo avaliativo; - elaboração de relatórios conclusivos; - discussão sobre o uso dos resultados, com encaminhamento de ação; - publicação e divulgação do relatório final.

Desse modo, Para se auto avaliar, a escola precisa construir um referencial de análise que considere a sua identidade institucional, seus sujeitos e as finalidades da avaliação. Um plano de desenvolvimento da escola é um documento que contém as intenções do coletivo escolar, refletindo a visão de futuro e desenvolvimento necessário à escola. Em que se identificam as prioridades de ação, estabelece as metas e os modos para sua concretização. Também, de apresentar

como perspectiva a utilização de seus resultados pelas escolas como possibilidade de empoderamento e de recondução do próprio trabalho pedagógico.

Nesse contexto, essa proposta de avaliação institucional tem por objetivo analisar, avaliar e melhorar os trabalhos prestados à comunidade escolar, no intuito de criar a prática da auto avaliação em todos os segmentos escolar e garantir uma educação integral de qualidade e para todos e proporcionar a participação de pais/mães e demais responsáveis nos processos de avaliação do trabalho realizado na/pela escola destacada e identificar as possíveis repercussões desta prática no cotidiano da instituição escolar, compreendendo que a avaliação deve ser entendida como análise crítica da realidade e fonte valiosa de informação, problematização e ressignificação dos processos educativos, conseqüentemente, tem função estratégica no desenvolvimento institucional da escola e na gestão educacional para isso requer a participação de todos/as da fase do planejamento até a fase de comunicação dos resultados obtidos.

CAPÍTULO 3

ANÁLISES DOS DADOS OBTIDOS

Esta pesquisa foi desenvolvida dentro de uma perspectiva qualitativa para melhor análise do problema. Os métodos de coleta de dados foram questionário e análise documental com leitura e análise dos Projetos Políticos e Pedagógicos de 2013 das escolas participantes e resultados do IDEB do ano letivo de 2012 das escolas bem como os índices de reprovação e aprovação no 3º ano do Bloco Inicial de Alfabetização e do 5º ano, bem como as propostas de avaliação interna de cada instituição participante e análise da participação dos segmentos.

Configura o cenário desta pesquisa, escolas públicas de Ensino Básico na Região Administrativa de Samambaia, cidade satélite de Brasília, que não autorizaram a divulgação de seus nomes. Ela foi desenvolvida com as personagens envolvidas no processo educativo e avaliativo das instituições escolares a respeito de sua participação e compromisso em prol do sucesso escolar dos alunos desse nível de ensino por meio da avaliação institucional e sua relação com a avaliação da aprendizagem dos alunos por meio de resultados obtidos em âmbito externo e interno.

Nesse contexto, o estudo aponta que estas escolas procuram conhecer os seus alunos como forma de melhor atendê-los dentro do processo educativo e suas especificidades, mas é preciso uma postura reflexiva a respeito de como está sendo praticado o diagnóstico de suas realidades no momento da realização do planejamento de ensino com vistas a uma prática que contemple as suas reais necessidades, independente do nível de ensino. É notório que ainda é preciso avançar nesse quesito porque a forma como veem sendo praticado o diagnóstico da realidade do aluno pela escola não passa da identificação de alguns dados como número de alunos por sala, por sexo, idade, a distância que residem da escola, nível de escolarização dos pais, talvez renda familiar, religião que praticam e o nível de conhecimento que possuem. Para, além disto, requer um conhecimento da história de vida dos alunos. O desafio da escola pública nesse sentido é conhecer o alunado

e desenvolver ações preventivas a escola no sentido de evitar ou minimizar a vivência de situações desconfortáveis entre os alunos, e assim contribuir para melhoria do nível cultural e das condições de vida dos alunos que frequentam as escolas.

Ficou evidente o envolvimento dos alunos em atividades e projetos curriculares e extracurriculares estimulados pela escola o que influencia de forma positiva na solução de problemas de ordem disciplinar, social, comportamental, de aprendizagem, de saúde geral, etc., e requer profissionais qualificados, coordenação e orientação, na integração da comunidade escolar, a fim de que se possa promover, por meio dos mesmos, a contextualização da realidade local. É uma prática que auxilia o trabalho com os temas transversais propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e coloca em prática projetos estruturados e devidamente aprovados e inseridos no PPP – Projeto Político Pedagógico – das escolas, colaborando para o melhoramento da qualidade da educação oferecida pelas instituições de ensino básico e para a formação das crianças e jovens para a vida.

Em uma perspectiva de Projeto Político e Pedagógico (PPP) em Movimento proposto pela Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, ficou evidente o compromisso assumido por cada instituição no que se refere à participação na construção e elaboração de todos e todas com intuito de criar nas escolas públicas uma rede de colaboração e definir explicitamente as definições fundamentais da instituição quanto ao currículo e demais definições pedagógicas, servindo de orientação e princípio articulador da gestão. Contudo, ainda necessitam periodicamente, de revisão e redefinição, de forma participativa, dos objetivos estratégicos e metas institucionais expressos em seus PPP's e um melhor gerenciamento por parte dos gestores quanto à utilização dos resultados dos processos de avaliação institucional e individual nas tomadas de decisões e replanejamento, bem como dos resultados obtidos na avaliação externa da aprendizagem para melhor tomada de decisões para melhoria da gestão da escola.

Cabe nesse sentido lembrar que a partir dos anos 80 foram iniciados os primeiros estudos para a elaboração de avaliações externas das escolas. A justificativa para este tipo de avaliação foi à necessidade de informar o desempenho e os resultados dos sistemas educativos para gestores educacionais, para a sociedade e para as famílias com a finalidade de levantar e coletar dados que auxiliem as ações no campo da gestão da política educacional. Apesar desta característica, o estudo aponta que falta ainda que a gestão escolar das instituições informem anualmente os resultados obtidos por seus alunos nas avaliações externas da aprendizagem, realizadas pelo governo. É sabido que todas as escolas participantes das provas do SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica) e Prova Brasil recebem pelos correios um conjunto de materiais divulgando os dados referentes à escola, ao país, ao estado e aos municípios oriundos dos resultados dos testes e do senso escolar. Diante deste contexto, a divulgação do material recebido deve ser pensada, coletivamente com professores e corpo técnico da escola, de forma a proporcionar o entendimento do que está sendo disponibilizado, para que estes resultados sirvam como instrumento de problematização sobre a qualidade da educação neste estabelecimento. A uma queixa por partes da maioria dos profissionais e comunidade escolar pesquisada no sentido de que a gestão escolar apresenta dificuldades em transformar os resultados dos processos de avaliação institucional e individual em prioridade para a instituição, visando o melhoramento da escola e inovação pedagógica. Desse mesmo modo, a gestão escolar dessas escolas tem pecado no sentido de não prestar conta dos resultados de aprendizagem obtidos por seu alunado para os diversos segmentos da comunidade escolar e por não utilizar regularmente instrumentos como pesquisas para conhecer o grau de satisfação dos alunos e alunas, pais ou responsáveis em relação ao funcionamento e qualidade dos serviços prestados. Isto perpassa pela compreensão de que a avaliação é um processo coletivo que busca de compreender a realidade que tem por fim subsidiar decisões quanto ao direcionamento das intervenções de segmentos, internos e externos, prevendo-se espaços para expressão e debate das diferentes e divergentes posições.

Porém, ficou evidente que tanto para a gestão escolar como para os demais profissionais envolvidos no processo educativo que a avaliação externa deve servir para se obter dados e a partir deles se verificar o que ocorre na realidade de cada escola para então, se fazer planos de ação para o aprimoramento da mesma. Nesse sentido, só divulgar esses dados não é suficiente quando eles não são analisados dentro da realidade de cada escola, havendo a necessidade de entrelaçamento destes dados obtidos com dados obtidos nas avaliações internas, produzidas nas próprias escolas, e também com o cotidiano, visando o redirecionamento de políticas públicas bem como o fazer do professor na prática. Por meio dos resultados obtidos nas avaliações externas, pode-se identificar o que foi desenvolvido e o que não foi desenvolvido, mas cabe à avaliação interna ver as origens daquele resultado.

A pesquisa também assinalou à importância de que os profissionais da escola, alunos e pais participem da avaliação em todas as fases da política, desde a elaboração até a análise de seus resultados e impactos. Corroborando com a necessidade da combinação da avaliação externa e interna da escola. Esse movimento é necessário e possível, pois a avaliação externa e interna cumpre papéis complementares, dentro da perspectiva de qualidade de educação para todos e todas.

3.1- Os desafios para a Escola Pública: Relação Aprendizagem X Avaliação Interna e Externa da Instituição.

Ao analisar os dados obtidos ficou notório que o que dá sentido à avaliação é o seu potencial de contribuir para a melhoria da educação e que ela deve ser compreendida como um meio capaz de iluminar a compreensão de uma realidade em movimento, com suas tensões e contradições, e de impulsionar a negociação e estabelecimento de novas relações de poder.

Por ser uma prática nova dentro das escolas pesquisadas a avaliação institucional tanto interna e externa, necessita ainda de uma postura mais participativa no que diz respeito ao entendimento tanto para pais e alunos que

costumeiramente associam a avaliação somente ao desempenho dos alunos em cada componente curricular alcançando ou as médias necessárias a aprovação. É preciso, nesse sentido, perceber-se dentro desse processo e ter voz e vez. Desse modo, a avaliação institucional refere-se ao processo de escola como um todo de analisar e refletir sobre sua prática, com vistas às iniciativas internas da instituição bem como à atuação das outras instâncias do sistema, na promoção de uma Escola Básica de qualidade para toda a população.

Tradicionalmente, a avaliação que se realiza de modo sistemático na escola é a direcionada para o aluno, sendo o seu fracasso ou sucesso escolar interpretado em uma dimensão individual, não sendo tratados como expressão do próprio sucesso ou fracasso da escola. Ao se propor a avaliação institucional, o que se está em jogo é uma ampliação dessa perspectiva, ou seja, a vivência de um processo de avaliação da escola, de forma sistemática, para além da avaliação do aluno. Trata-se da auto avaliação da escola, que integra, como um de seus indicadores, o desempenho do aluno.

O fracasso escolar, há muito evidenciado e denunciado, é também expressão do modo como a escola está estruturada e organizada, o que impõe olhar criticamente as relações e interações que nela se estabelecem. Para isso, é preciso educadores, gestores e uma comunidade escolar comprometidos com a democratização do ensino a necessidade de olhar criticamente a escola. Assim, ter informações úteis que auxiliem a melhora nos rumos da educação, que chequem o plano de ensino, o projeto pedagógico, ou seja, é um olhar de fora para dentro do processo educacional que ocorre nas escolas.

Os professores das instituições pesquisadas participam de cursos ou jornadas de aperfeiçoamento e capacitação para melhorar os seu trabalho e utilizam adequadamente os recursos audiovisuais e didáticos disponíveis na escola para organizar o ensino e de acordo com a necessidade e objetivos do grupo, sem uma preocupação restrita aos conteúdos que seriam avaliados externamente.

Durante a pesquisa, foi observado o trabalho ainda tímido da gestão escolar para divulgar os resultados e planejar uma mudança na prática docente visando à

melhoria dos índices e alcance de metas estabelecidas. Também foi observada uma tentativa de direcionar a organização do trabalho para os conteúdos da avaliação externa modificando as práticas avaliativas ao aferir a aprendizagem dos alunos e alunas e estruturando metas e objetivos seguindo os descritores dessas avaliações aplicadas externamente.

Diante desses problemas e dificuldades, a gestão enquanto meio de organizar o trabalho pedagógico e atingir os objetivos educacionais da escola enfrenta desafios, dentre eles, fazer-se democrática. Muitos elementos prejudicam a consolidação de uma gestão democrática, dentre eles a falta de uma estrutura que favoreça a participação de alunos e pais, seu protagonismo dentro do projeto de se fazer escola de qualidade para todos e todas e comprometimento com a missão da escola incluída no Projeto Político Pedagógico.

No contexto das escolas pesquisadas, o ato de avaliar tem estreita relação com a análise dos dados alcançados, com a produção de juízo de valor sobre estes dados e também a utilização dos resultados aos quais se chega por meio da proposição e direcionamento de ações, porém o grande desafio é o de definir seus caminhos e enfrentar desafios para atingir seus objetivos educacionais.

Para essas escolas, fica nítida, a dificuldade de criar momentos de reflexão e tentar envolver a comunidade escolar e professores na organização do trabalho pedagógico, por meio da realização de reuniões para analisarem os resultados da avaliação, discutir os aspectos positivos e negativos do trabalho desenvolvidos e planejar ações buscando caminhos para superar as dificuldades. Contudo, ao contemplar a realidade das organizações escolares, é possível observar que tantos os profissionais que atuam in loco como a comunidade escolar, o desejo latente de refletir sobre os desafios na e da escola e refletir sobre os caminhos para a qualidade do ensino e o sucesso escolar de cada aluno.

Outro grande desafio hoje para a escola pública é analisar os resultados das avaliações externas e internas, observando as metas de aprendizagem definidas em seus projetos pedagógicos. Para tanto, é fundamental centrar a reflexão de professores, técnicos, gestores e restante da comunidade escolar, na interpretação

dos níveis de aprendizagem e não nas médias obtidas em Língua Portuguesa e Matemática. Assim, investigar o percentual de alunos da escola que não alcançaram os níveis desejáveis de aprendizagem, o número de alunos nos níveis mais altos, propor alternativas para fazer com que os alunos passem de um nível a outro é refletir e discutir coletivamente questões fundamentais: onde estamos e o que é preciso modificar, incluir ou consolidar no projeto pedagógico para garantir, a cada aluno, seu direito de aprender?

Assim, foi observado que a análise dos resultados obtidos pela escola, portanto, gera para que o conjunto de seus educadores questões fundamentais: o que os alunos aprenderam e o que ainda não foi apropriado? Por que os alunos não aprenderam? Onde está o problema: nos alunos, no professor, na escola, nas metas de aprendizagem da proposta escolar e/ou nas políticas educacionais adotadas? Que novas ações precisam ser empreendidas pela equipe escolar e pelos professores de cada turma? O que está funcionando e deve ser mantido? E assim por diante .

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação sempre foi um tema recorrente no contexto educacional e, habitualmente, tinha na aprendizagem dos alunos o foco do debate. Mais recentemente, temos presenciado o deslocamento desse foco para esse outro tipo de avaliação, a avaliação externa. Ao avaliar os alunos, que também são avaliados na sala de aula pelos professores, se torna um imperativo que os professores possam acessar os resultados das avaliações externas e utilizá-los no desenvolvimento do seu trabalho.

Desse modo, conhecer e utilizar os resultados das avaliações externas nas salas de aula e cotejá-los com as avaliações internas significa compreendê-los não como um fim em si mesmo, mas sim como possibilidade de associá-los às transformações necessárias no sentido de fortalecer a qualidade da escola pública democrática, que é aquela que se organiza para garantir a aprendizagem de todos e todas, como defende Alavarse e Machado (2013). É preciso que as escolas estejam atentas em detectar as fragilidades e potencialidades do trabalho que desenvolve e fazer uma leitura crítica sobre o que faz e o que espera que seja feito em relação à qualidade da educação que deseja.

Esse estudo apontou que as avaliações externas/ internas da escola e a reflexão sobre sua realidade não podem se esgotar nelas e devem ser tomadas como ponto de partida para a trajetória da escola rumo à sua avaliação institucional, que não pode prescindir de uma auto avaliação e mudança de postura frente à avaliação da aprendizagem de cada aluno e aluna no intuito de sucesso escolar de todos eles. Assim, a equidade e melhoria da aprendizagem tem a função de conduzir a educação para maior igualdade social, oportunizando melhores condições de aprendizagem e não somente de acesso. Nestes termos a avaliação torna-se um instrumento de diagnóstico tanto para a escola como instituição social que promove educação de qualidade e o sucesso escolar de seus alunos. Assim, ficou evidente que o trabalho coletivo, as reuniões e coordenações do coletivo

escolar constituem um rico espaço para o debate, a discussão e o redimensionamento de ações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAVARSE, O. M.; MACHADO, C. Avaliação interna no contexto das avaliações externas: desafios para a gestão escolar. In: 26º Simpósio Brasileiro da ANPAE, 2013. Recife. Pernambuco

ARAÚJO, Ivanildo Amaro de. Bases Pedagógicas do Trabalho Escolar. Curso PIE/UnB: Módulo VI, vol. 1. Universidade de Brasília. Faculdade de Educação. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal, 2003.

BELLONI, I. & BELLONI, J. A. Questões e propostas para uma avaliação institucional formativa. In: FREITAS, L. C. Avaliação de escolas e universidades. Campinas: Ko medi, 2003, p. 9-34.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Brasília: 1996.

HOFFMANN, Jussara M. L. Avaliação mito & desafio: Uma perspectiva construtivista. Editora Medição, Porto Alegre, 1996.

_____. Avaliação Mediadora; Uma Prática da Construção da Pré-escola a Universidade. 17.^a ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

IDEB - Indicadores da qualidade na educação, 2009-2011. Dados disponíveis em <http://ideb.inep.gov.br/>. Acesso em: maio 2014.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação da Aprendizagem Escolar. São Paulo: Cortez, 2001.

SOUSA, Sandra M; Záquia L. Avaliação institucional: Elementos para discussão - Secretaria Municipal de São Paulo. 1999.

TEIXEIRA BRANDALISE, Mary Ângela. Avaliação institucional da escola: conceitos, contextos e práticas. Olhar de Professor [On-line] 2010, Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=68420656008> Acesso em jan. 2014.

VILLAS BOAS, Maria Benigna de Freitas; Avaliação Formativa: em busca do desenvolvimento do aluno, professor e da escola, 2001. 1. Universidade de Brasília. Faculdade de Educação. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal.

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NO CONTEXTO DA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Uma escola que objetiva o sucesso de seus alunos, necessita, primeiramente conhecer suas potencialidades e fragilidades e isto se dá quando por meio da avaliação institucional em que procura informações que facilitarão a elaboração de planos de aperfeiçoamento, permitindo aperfeiçoar a qualidade da educação que a instituição oferece.

1. Esta escola procura conhecer os seus alunos.

(A) DISCORDO.

(B) CONCORDO.

(C) NÃO SE APLICA (Se a afirmativa não corresponde à realidade da sua escola ou se não tem informações).

(D) OUTROS. QUAIS:

2. Nesta escola, os alunos encontram espaços de participação e são estimulados a se envolverem em projetos curriculares e extracurriculares?

(A) DISCORDO.

(B) CONCORDO.

(C) NÃO SE APLICA (Se a afirmativa não corresponde à realidade da sua escola ou se não tem informações).

(D) OUTROS. QUAIS:

3. A direção informa anualmente sobre os resultados obtidos por seus alunos nas avaliações externas da aprendizagem, realizadas pelo governo.

(A) DISCORDO.

(B) CONCORDO.

(C) NÃO SE APLICA (Se a afirmativa não corresponde à realidade da sua escola ou se não tem informações).

(D) OUTROS. QUAIS:

4. A escola utiliza instrumentos adequados e eficientes (informativos, boletins e outros relatórios) para informar aos alunos e seus responsáveis sobre os resultados da aprendizagem de cada um.

(A) DISCORDO.

(B) CONCORDO.

(C) NÃO SE APLICA (Se a afirmativa não corresponde à realidade da sua escola ou se não tem informações).

(D) OUTROS. QUAIS:

5. A gestão escolar, na figura do gestor escolar, procura efetivamente mobilizar os diversos membros da escola para obtenção de bons resultados na aprendizagem dos alunos.
- (A) DISCORDO.
(B) CONCORDO.
(C) NÃO SE APLICA (Se a afirmativa não corresponde à realidade da sua escola ou se não tem informações).
(D) OUTROS. QUAIS:
6. A gestão escolar presta conta dos resultados de aprendizagem obtidos pelos alunos, para os diversos segmentos da comunidade escolar?
- (A) DISCORDO.
(B) CONCORDO.
(C) NÃO SE APLICA (Se a afirmativa não corresponde à realidade da sua escola ou se não tem informações).
(D) OUTROS. QUAIS:
7. A escola estimula os pais e os alunos a se comprometerem com a Missão da escola, incluída no Projeto Político Pedagógico (ou Proposta Pedagógica).
- (A) DISCORDO.
(B) CONCORDO.
(C) NÃO SE APLICA (Se a afirmativa não corresponde à realidade da sua escola ou se não tem informações).
(D) OUTROS. QUAIS:
8. Os professores desta escola participam de cursos ou jornadas de aperfeiçoamento e capacitação para melhorar o seu trabalho.
- (A) DISCORDO.
(B) CONCORDO.
(C) NÃO SE APLICA (Se a afirmativa não corresponde à realidade da sua escola ou se não tem informações).
(D) OUTROS. QUAIS:
9. Os professores usam adequadamente os recursos audiovisuais e didáticos disponíveis na escola (por ex. projetores, vídeos, computadores, apostilas, jogos, etc.).
- (A) DISCORDO.
(B) CONCORDO.
(C) NÃO SE APLICA (Se a afirmativa não corresponde à realidade da sua escola ou se não tem informações).

(D) OUTROS. QUAIS:

10. Existe um Projeto Político Pedagógico nesta escola, que contém explicitamente as definições fundamentais da instituição quanto ao currículo e demais definições pedagógicas, servindo de orientação e princípio articulador da gestão.

(A) DISCORDO.

(B) CONCORDO.

(C) NÃO SE APLICA (Se a afirmativa não corresponde à realidade da sua escola ou se não tem informações).

(D) OUTROS. QUAIS:

11. Periodicamente, o PPP, os objetivos estratégicos e as metas institucionais são revisadas e redefinidas, de forma participativa, pela instituição.

(A) DISCORDO.

(B) CONCORDO.

(C) NÃO SE APLICA (Se a afirmativa não corresponde à realidade da sua escola ou se não tem informações).

(D) OUTROS. QUAIS:

12. A direção utiliza os resultados dos processos de avaliação institucional e individual nas tomadas de decisões e replanejamento.

(A) DISCORDO.

(B) CONCORDO.

(C) NÃO SE APLICA (Se a afirmativa não corresponde à realidade da sua escola ou se não tem informações).

(D) OUTROS. QUAIS:

13. Os resultados obtidos na avaliação externa da aprendizagem são utilizados para tomar decisões que permitam melhorar a gestão da escola.

(A) DISCORDO.

(B) CONCORDO.

(C) NÃO SE APLICA (Se a afirmativa não corresponde à realidade da sua escola ou se não tem informações).

(D) OUTROS. QUAIS:

14. A escola utiliza regularmente instrumentos como pesquisas para conhecer o grau de satisfação dos alunos, pais e responsáveis em relação ao funcionamento e qualidade dos serviços prestados.

- (A) DISCORDO.
- (B) CONCORDO.
- (C) NÃO SE APLICA (Se a afirmativa não corresponde à realidade da sua escola ou se não tem informações).
- (D) OUTROS. QUAIS:

15. A gestão escolar transforma os resultados dos processos de avaliação institucional e individual em prioridade para a instituição, visando o melhoramento da escola e inovação pedagógica.

- (A) DISCORDO.
- (B) CONCORDO.
- (C) NÃO SE APLICA (Se a afirmativa não corresponde à realidade da sua escola ou se não tem informações).
- (D) OUTROS. QUAIS:**